

continuação

20.b) Reservas de lucros: Reserva legal e retenção de lucros e reserva de capital de giro: O estatuto social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. 1Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de reserva legal e de capital de giro e investimentos, respectivamente, é de R\$1.212 e R\$9.584 (R\$897 e R\$5.093 em 31 de dezembro de 2020).

20.c) Resultado por ação: A seguir é apresentado o resultado por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	6.303	2.935
Média ponderada da quantidade de ações	4.669.987	4.669.987
Lucro por ação - R\$	1.34968	0.62848

Prática Contábil: Capital social: As quotas dos acionistas das empresas estão registradas no capital social da Companhia com base no valor histórico da data que em que a operação foi realizada. **Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

21. Remuneração aos Acionistas: Apresentamos a seguir a destinação do lucro referente ao exercício social findo em:

	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro do exercício	6.303	2.935	
Destinação:			
Reserva legal	5%	315	147
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	1.497	697
Reserva para capital de giro e investimentos	4.491	2.091	
	6.303	2.935	

No passivo circulante**Saldo dividendos a pagar no início do exercício**

Destinação de dividendos mínimos obrigatórios

Saldo dividendos a pagar no final do exercício

Quantidade de ações

Dividendos por ação em R\$

	697	-
	1.497	697
	2.194	697
	4.670	4.670
	320,53	149,25

Na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2022, será deliberada a proposta de destinação do lucro apresentada nas demonstrações financeiras. **Prática Contábil:** De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que ficará destacado no passivo circulante. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

22. Receita Líquida: A receita líquida possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta		
Mercado interno	339.708	260.094
	339.708	260.094
Deduções		
Impostos incidentes sobre serviços	(35.255)	(27.546)

Aos Acionistas e Administradores da

CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa no 19, a Companhia possui transações e operações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por operações com serviços prestados ao grupo econômico. Na leitura destas demonstrações financeiras referidos assuntos devem ser levados em consideração. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **Responsabilidades da**

Receita Líquida

Prática Contábil: A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com percentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A Companhia reconhece a receita quando: (i) A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia e reconhece suas receitas assim que todas as condições a seguir forem satisfeitas: • Identificação do contrato de prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apuração do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas.

23. Despesas por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Mão de obra	(211.676)	(164.806)
Suprimentos	(13.432)	(10.547)
Manutenção	(21.030)	(11.514)
Serviços de terceiros	(31.359)	(31.316)
Depreciação e amortização	(1.836)	(1.773)
Impostos e taxas	(2.089)	(2.142)
Outros	(6.990)	(3.078)
	(288.412)	(225.176)

Classificados com o:

Custo dos serviços prestados
Despesas de vendas
Despesas gerais e administrativas

23.a) Despesa de Depreciação e de Amortização: As adições da depreciação e amortização do exercício foram distribuídas conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Produção	(1.473)	(1.417)
Despesa Vendas	(8)	-
Despesa Gerais e Administrativas	(356)	(356)
	(1.836)	(1.773)
	31/12/2021	31/12/2020

24. Outras Receitas e Despesas Operacionais**Outras Receitas Operacionais**

Ganhos com alienação
Outras receitas

	1	53
	24	-
	25	53
Outras Despesas Operacionais		
Impostos e taxas	(1)	-
Baixas de imobilizado e intangível (nota 9)	(1.184)	-
Despesas e pagamentos com processos judiciais	(1.795)	(841)
	(2.980)	(841)
	31/12/2021	31/12/2020
	(2.955)	(788)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade e da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

25. Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	331	66
Juros ativos	3	31
Descontos obtidos	345	412
	679	509

Despesas financeiras

Comissões, fianças, garantia e despesas bancárias	(142)	(205)
Juros e multas	(228)	(185)
IOF sobre operações financeiras	-	(312)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(8)	-
Encargos de empréstimos e financiamento terceiros (nota 10)	(1.131)	(994)
Encargos de empréstimos e financiamento partes relacionadas (nota 10 e 19.a)	(446)	(78)
Passivos de arrendamento	(21)	(67)
	(1.976)	(1.841)

Outros itens financeiros líquidos

Variações monetárias e cambiais líquidas	(308)	-
	(308)	-
	(1.605)	(1.332)

Resultado financeiro líquido

26. Seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas nem revisadas pelos nossos auditores independentes.

27. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía contratos com pagamentos mínimos não canceláveis, conforme demonstrados no quadro a seguir:

	Pagamentos nos exercícios				Pagamento futuros	
	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Natureza do serviço						
Serviços de transporte interno e interestadual	101	537	1.582	1.489	1.489	419
	101	537	1.582	1.489	1.489	419

28. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa: A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Adoção inicial CPC 06 - Direito de uso	-	768
Remensuração do Direito de Uso	243	-
	243	768

José Maria Lopes da Silva - Diretor Administrativo Financeiro

Alberto da Senna Santos - Diretor

Ronaldo Vieira Martins - Diretor de Operações

Caio Marcio Martins de Araujo - Contador - CRC: RJ-087.085/O-S-SP

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2022

Fernando Camanzano Martinez - Contador CRC ISP-328.247/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1